



MINISTÉRIO PÚBLICO RI

Simulado Especial

MP RJ

Cargo: Técnico do Ministério
Público - Área Administrativa
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico do Ministério Público - Área Administrativa do MP-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/aC3NPMvQoPCDzHxk8>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrício Dutra*

01. Assinale a alternativa em que houve troca indevida das expressões ‘a princípio’ e ‘em princípio’.

- a) A princípio, o professor planejava seguir com o método tradicional de ensino, mas depois decidiu inovar.
- b) Em princípio, todos os candidatos têm as mesmas chances no concurso, mas a experiência prévia pode ser um diferencial.
- c) O aluno, que a princípio parecia desinteressado, depois melhorou.
- d) A princípio, a nova lei busca beneficiar os trabalhadores, mas sua aplicação ainda gera dúvidas.
- e) A reunião, marcada a princípio para a manhã, precisou ser adiada para o período da tarde.

02. O jornalismo é marcado pela busca por precisão nas informações veiculadas. Assinale a opção em que isso não ocorre.

- a) O Ministério da Saúde informou que a campanha de vacinação será prorrogada até o final do mês.
- b) Segundo a Polícia Civil, o suspeito foi visto pela última vez em um terminal rodoviário da capital.
- c) A polícia acredita que o suspeito tenha fugido para outro estado.
- d) Testemunhas relataram que o incêndio começou na cozinha do restaurante e se espalhou rapidamente.
- e) De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia, as temperaturas devem cair nos próximos dias devido à chegada de uma frente fria.

03. Assinale a opção em que a locução não foi substituída corretamente pelo adjetivo gentílico correspondente.

- a) Clima de Bogotá / Clima Bogotano.
- b) Empresa de Caracas / Empresa caraquenha.
- c) Sotaque da Galícia / Sotaque galego.
- d) Cultura da Mongólia / Cultura mongol.
- e) Lei da Patagônia / Lei Patagonense.

04. Assinale a alternativa **incorrecta** quanto ao uso das expressões “ao invés de” e “em vez de”.

- a) O professor sugeriu que, em vez de punir os alunos, a escola adotasse medidas educativas.
- b) O candidato propôs que, em vez de aumentar impostos, o governo cortasse gastos desnecessários.
- c) O relatório apontou que, em vez de investir na educação, o governo priorizou outras áreas.
- d) A empresa decidiu expandir suas operações para o exterior ao invés de fortalecer sua presença no mercado nacional.
- e) O atleta escolheu competir na categoria sênior ao invés de desistir do torneio.

05. Assinale a alternativa que não apresente um conectivo causal.

- a) **Visto que** o trânsito estava intenso, chegamos atrasados à reunião.
- b) O governo implementou novas medidas, **pois** a situação econômica exigia reformas urgentes.
- c) A conferência foi adiada, **na medida em que** os palestrantes não puderam comparecer.
- d) Os preços dos alimentos aumentaram, **por causa de** uma série de problemas na cadeia de suprimentos.
- e) O temporal foi intenso, **de modo que** várias ruas ficaram alagadas.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

06. Assinale a opção correta quanto ao emprego do elemento destacado:

- a) A ONG trabalha **junto às** comunidades carentes para oferecer assistência social.
- b) O estudante sentou-se **junto aos** colegas para discutir o trabalho em grupo.
- c) Passamos a tarde **junto aos** nossos avós, relembrando histórias da família.
- d) O advogado protocolou a petição **junto ao** tribunal competente.
- e) O cantor ficou **junto ao** público durante a apresentação, tornando o show mais interativo.

07. Assinale a opção em que a preposição destacada tenha sido exigência de termo anterior.

- a) Na área de tecnologia, essa empresa é a melhor disparada.
- b) Todos se reuniram em janeiro para tratar deste tema.
- c) Nunca pode acabar o combate a esse tipo de desinformação.
- d) A equipe chegou cedo para se preparar melhor para o jogo.
- e) O professor explicou a matéria com paciência, garantindo que todos compreendessem.

08. Assinale a opção em que apenas uma das duas palavras propostas seja corretamente aceita pelo português padrão.

- a) Deputado defende suspensão do Paraguai do Mercosul/ Mercosur.
- b) No dia quatorze/ catorze, todos reunirão para decidir a demanda.
- c) O examinador, às vezes, parece bêbado/ bêbedo.
- d) Infelizmente, ele não resistiu ao infarto/ enfarte que sofreu.
- e) O meu sonho é aprender a assobiar/ assoviar desse jeito.

09. Assinale a única alternativa em que o termo ‘onde’ tenha sido bem empregado.

- a) O momento **onde** tomamos a decisão foi muito difícil.
- b) Há situações **onde** é preciso agir com cautela.
- c) O futebol é um esporte **onde** há contato.
- d) Este é um bioma **onde** diversas espécies de animais encontram abrigo e alimento.
- e) A teoria da relatividade é um conceito **onde** a física moderna se baseia.

10. Assinale a opção em que a abreviação da unidade destacada tenha sido feita de maneira correta:

- a) O atleta percorreu **10 k** em menos de uma hora.
- b) A caixa tem **30 cms** de largura e **50 cms** de altura.
- c) O jogo de tênis durou **3 h**, um verdadeiro recorde.
- d) O reservatório tem capacidade para **5 lts** de água.
- e) O tempo de resposta do processador é de **2 ms**.

11. Assinale a opção em que o acento de crase tenha sido bem empregado.

- a) Dirija-se **à** essa antiga recepção para retirar seu crachá.
- b) A atriz prestigiou **à** cerimônia de premiação.
- c) O aluno respondeu **à** pergunta corretamente.
- d) Os netos sempre visitam **à** casa da avó preferida.
- e) A professora viveu **à** educação por mais de 30 anos.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

12. Assinale a alternativa em que a expressão destacada tenha sido empregada incorretamente.

- a) Ele pode retirar sua assinatura sem qualquer prejuízo à tramitação.
- b) Qualquer aluno pode participar do projeto, desde que cumpra os requisitos.
- c) Os candidatos podem escolher quaisquer duas disciplinas optativas para compor sua grade curricular.
- d) Qualquer cidadão pode participar das audiências públicas promovidas pela prefeitura.
- e) Os candidatos podem apresentar quaisquer documentos oficiais como comprovante de residência.

13. Assinale a opção que contenha a correta e adequada transformação da oração reduzida na forma de oração desenvolvida.

- a) É necessário **chegar cedo**, para conseguir um bom lugar no evento. (que se chegasse cedo.)
- b) Ele melhorou seu desempenho nas provas, **ao estudar bastante**. (após bastante estudo.)
- c) Ela não conseguirá melhorar sua resistência, **sem correr todos os dias**. (sem que corresse todos os dias.)
- d) Você evitará erros no experimento, **após seguir as instruções corretamente**. (depois de seguir as instruções.)
- e) Percebi que algo estava errado, **por observar atentamente**. (na medida em que observei com atenção.)

14. Indique a opção que mostra inadequação no emprego do travessão.

- a) O projeto de lei — aprovado em caráter emergencial — entrará em vigor no próximo mês.
- b) O espetáculo foi uma homenagem ao grande compositor brasileiro — Tom Jobim.
- c) Em dezembro — todos apresentarão o projeto.

d) O atleta — campeão mundial de natação — anunciou sua aposentadoria.

- e) O número de casos de dengue aumentou nos últimos meses — o que preocupa as autoridades.

15. Assinale a única opção que apresenta uma visão que pode ser interpretada como negativa sobre a vida no campo.

- a) A vida no campo ensina que o tempo tem seu próprio ritmo — a pressa é uma invenção da cidade.
- b) No campo, cada estação traz sua lição: plantar com paciência, colher com gratidão.
- c) A simplicidade da vida rural revela que a verdadeira riqueza não está na posse, mas na conexão com a terra.
- d) O silêncio do campo não é vazio, mas um convite para ouvir a si mesmo e ao mundo.
- e) Longe do barulho da cidade, a vida rural tem sua própria música —com melodia angustiantemente quieta.

16. Assinale a única opção que não apresenta problema de argumentação.

- a) A vida no campo é extremamente tranquila, mas o excesso de silêncio gera um estresse constante nos moradores.
- b) A vida rural é mais saudável porque quem mora no campo tem mais saúde.
- c) A vida no campo proporciona um contato maior com a natureza, o que pode contribuir para uma rotina mais equilibrada e menos estressante.
- d) Quem mora no campo é sempre mais feliz do que quem vive na cidade.
- e) O campo é melhor do que a cidade porque sim.

17. Assinale a única opção incapaz de convencer um leitor em uma situação argumentativa.

- a) A prática de exercícios físicos regularmente melhora a qualidade de vida, reduz o risco de doenças cardíacas e melhora o condicionamento físico.
- b) A leitura é essencial para o desenvolvimento intelectual. De acordo com especialistas, amplia o vocabulário e estimula o pensamento
- c) A educação financeira deve ser ensinada nas escolas, pois ajuda os jovens a terem um futuro melhor.
- d) O uso excessivo de redes sociais pode ser prejudicial, já que afeta a concentração e pode contribuir para a ansiedade.
- e) O teletrabalho é uma alternativa viável para muitas empresas, por isso elas vêm adotando cada vez essa modalidade.

18. Assinale a única alternativa que apresente real oposição.

- a) O discurso começou de forma tranquila, mas terminou em grande polêmica.
- b) No inverno, tudo parecia calmo, enquanto no verão, a cidade ficava vibrante. Isso é o que mais atrai os turistas.
- c) Ele interrompeu o descanso para andar mil léguas.
- d) Apesar de trabalhar duro todos os dias, continua enfrentando dificuldades financeiras.
- e) Ele sempre valorizou a simplicidade da vida no campo, mas nunca conseguiu se adaptar à sua rotina.

19. Assinale a opção em que a palavra destacada tenha sido empregada em sentido figurado.

- a) A luz é o ouro da casa dos pobres.
- b) O médico recomendou que ele fizesse mais exercícios físicos.
- c) O aluno entregou o trabalho dentro do prazo estipulado.

d) Aquele comentário foi uma pedrada no orgulho dele.

e) O maior medo dele era que a sua máquina cerebral parasse de funcionar

20. Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.

- a) A luz era fraca, porém, como havia iluminação externa, o impacto era insignificante.
- b) Alguns frequentadores conversavam em várias mesas e aparentavam estar satisfeitos com algo.
- c) O estabelecimento era pequeno, com diversas mesas distribuídas pelo salão e decoradas com velas.
- d) Os restaurantes são espaços públicos e devem manter uma boa apresentação para atrair clientes.
- e) Sentia fome. Virei a esquina, entrei em um restaurante aberto e me acomodei na primeira mesa.

21. Você tem certeza de que quer se mudar amanhã?
— perguntou Mariana ao irmão.

A frase acima transporta para o discurso direto se apresenta de maneira adequada na seguinte alternativa:

- a) Mariana perguntou se o irmão teria certeza de que queria se mudar amanhã.
- b) Mariana perguntou se o irmão terá certeza de que irá se mudar na véspera.
- c) Mariana perguntou se o irmão tinha certeza de que queria se mudar amanhã.
- d) Mariana perguntou se o irmão tem certeza de que quer se mudar no próximo dia.
- e) Mariana perguntou se o irmão tinha certeza de que queria se mudar no dia seguinte.

22. Assinale a única frase que corresponde a um período dotado de uma oração condicional.

- a) Qualquer um pode vencer, a menos que apareça um segundo candidato.
- b) Por melhor que falem de nós, não estão falando nada de novo.
- c) Quem critica os demais, indiretamente louva a si próprio.
- d) Há pessoas que falam um momento antes de ter pensado.
- e) Podemos nos defender de um ataque, mas somos indefesos diante de um elogio.

23. Assinale a opção em que a oração introduzida pelo conectivo **quando** tenha valor semântico diferente dos demais.

- a) O espetáculo estava quase no fim, **quando** a energia foi interrompida.
- b) Ele já tinha perdido as esperanças, **quando** recebeu a tão esperada notícia.
- c) Ele permanecia em casa inerte durante o fim de semana, **quando** deveria estar ganhando o pão da família.
- d) O professor já havia iniciado a explicação, **quando** os alunos chegaram à sala.
- e) Saímos apressados para o aeroporto, **quando** percebemos que havíamos esquecido os passaportes.

24. A instrução é um conceito totalmente relativo.

É instruído aquele que possui o necessário para suas atividades. O supérfluo de nada lhe serve. Sobre os aspectos linguísticos do trecho acima, assinale a alternativa correta.

- a) O termo ‘totalmente’ é um advérbio de modo.
- b) O termo ‘aquele’ faz referência anafórica.
- c) A preposição para tem valor meramente gramatical.
- d) O termo ‘supérfluo’, no contexto, é um adjetivo que significa **desnecessário**.
- e) O pronome ‘lhe’ poderia ser substituído por ‘o’.

25. Os adjetivos podem indicar característica, qualidade, estado e relação.

Assinale a alternativa abaixo em que o adjetivo expresse relação.

- a) Notícias desse jornal são monótonas, vulgares, a língua não é boa.
- b) Raramente leio as notícias policiais.
- c) Foram as tatuagens horríveis do corpo do homem que me deslumbraram.
- d) As tatuagens são todas ou quase todas antigas.
- e) A polícia achou a atitude dele suspeita.

26. Assinale a opção que apresenta o modo injuntivo de organização textual.

- a) Eternidade são duas pessoas e um peru assado.
- b) Não há nada mais precioso do que o tempo, pois que é o preço da eternidade.
- c) O comum dos homens não sabe o que fazer desta vida, mas desejam outra que jamais termine.
- d) É bom não deixar para a eternidade o que você pode fazer hoje.
- e) O que rejeitares do momento, eternidade nenhuma o restituirá.

27. Assinale a opção que apresenta um problema gramatical em sua estrutura.

a) É perigoso estar certo quando o governo está errado.

b) Governe uma grande nação do mesmo modo como você vai cozinar um peixinho: não exagera!

c) Governo é como violino. Você o toma com a esquerda e toca com a direita.

d) Governar não é apenas administrar recursos, mas harmonizar interesses conflitantes na tessitura do Estado, de modo que a justiça não sucumba ao pragmatismo."

e) A legitimidade de um governo não reside na força das leis que impõe, mas na coesão moral com que conduz o destino de seu povo.

28. Assinale a única alternativa que apresente uma frase em que se pode reconhecer um emissor tenha esperança em um futuro melhor por meio da política.

a) Há três tipos de governo: o que faz acontecer, o que assiste acontecer e o que nem sabe o que acontece.

b) Quanto pior o governo, mais fácil sai a piada.

c) O governo menos ruim é aquele que se mostra menos, que se sente menos e que se paga menos caro.

d) Não há nada mais fácil do que fazer planejamento de um país sem incluir gente.

e) O governo é o único sócio num empreendimento que tem o privilégio de dividir os lucros, sem ter que arcar com o prejuízo.

29. Assinale a alternativa que se encontre totalmente de acordo com as normas de pontuação.

a) Onde o concreto se expande, a natureza, recua.

b) Quando o solo perde sua permeabilidade, a cidade sente a fúria das águas.

c) Construir, não deve ser sinônimo de destruir — é possível erguer sem devastar.

d) Cada árvore derrubada para um novo lar é um abrigo perdido, para a vida selvagem.

e) O equilíbrio entre lar e natureza, define o futuro que queremos habitar.

30. *Deus, para a felicidade do homem, inventou a fé e o amor. O Diabo, invejoso, fez o homem confundir fé com religião e amor com casamento.*

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

a) Poderia ser inserido o conectivo 'já que' entre as duas orações, com adaptações dos sinais de pontuação.

b) A ação promovida pelo diabo, no segundo período, foi capaz de desencadear uma outra ação, envolvendo outro ser.

c) A conjunção 'e', nas duas ocorrências, conecta elementos opostos.

d) A supressão das vírgulas não provocaria alteração de sentido.

e) Infere-se que o Diabo criou o homem, devido ao emprego do verbo 'fazer'.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Carlos Henrique

31. As idades de Arnaldo, Beto, Carlos, Dorival e Emílio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;

- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;

- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;

- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

a) Arnaldo

b) Beto

c) Carlos

d) Dorival

e) Emílio

32. A professora Adriana possui um lindo aquário em seu apartamento e cria peixes coloridos nele. O aquário de Adriana tem a forma de um paralelepípedo e mede 0,60m de largura, 1,50m de comprimento e 0,95m de altura. Em um belo dia de verão, estando o aquário com certa quantidade de água, Adriana colocou um pedaço de madeira de enfeite. A madeira ficou totalmente coberta pela água e Adriana mediu o nível da água constatando que o nível subiu 0,3 cm. Então, Adriana calculou que o volume do pedaço de madeira era:

- a) 2700 cm³
- b) 2500 cm³
- c) 2400 cm³
- d) 2000 cm³
- e) 3000 cm³

33. Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge.
Se meu carro é azul, então Carlos não é professor.
Ora, Carlos é professor. Logo:

- a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge
- b) o meu carro é azul e o meu leão ruge
- c) o meu carro não é azul e o meu leão ruge
- d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge
- e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

Baseado no texto abaixo, resolva as questões **34** e **35**
Em um resort há 30 professores de Direito Constitucional e 12 de Direito Administrativo.

34. Quantas comissões, poderíamos organizar, compostas de 3 professores de Direito Constitucional e 2 de Direito Administrativo?

- a) 468700
- b) 36160
- c) 267960
- d) 129600
- e) 40600

35. Escolhendo-se aleatoriamente dois professores, qual é a probabilidade de que ambos sejam professores de Direito Constitucional?

- a) 143/287
- b) 144/287
- c) 145/287
- d) 146/287
- e) 147/287

36. Paulinha ao fazer aniversário observou que sua idade era o triplo da idade de sua irmã Joana e que a soma das idades delas duas era 36 anos. Alguns anos depois, também no dia de seu aniversário, Paulinha observou que a soma das idades das duas era 90 anos.

Nesse dia, a razão entre a idade de Paulinha e a idade de Joana era de

- a) 5/3
- b) 5/4
- c) 5/2
- d) 4/3
- e) 3/2

37. Dado um número inteiro, são permitidas as seguintes operações: “duplicá-lo” ou “aumentá-lo de uma unidade”. Partindo do número zero, qual o menor número de operações de que você necessita para atingir o número 100?

- a) 8
- b) 9
- c) 10
- d) 11
- e) 12

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

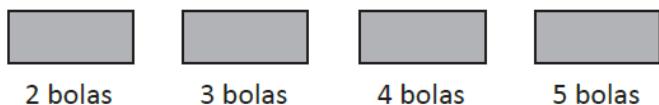
38. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido, mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

39. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 5 vestidos a menos do que a de 36 anos

40. Corujinha recebeu a tarefa de distribuir sete bolas amarelas e sete bolas roxas em quatro caixas, e a figura abaixo mostra quantas bolas cada caixa contém.



Sabe-se que:

- cada caixa contém pelo menos uma bola amarela;
- a terceira caixa contém quantidades iguais de bolas amarelas e roxas;
- a quarta caixa possui mais bolas amarelas do que roxas.

Retirando ao acaso uma bola de cada caixa, a probabilidade de que todas sejam amarelas é:

- a) 2,5%;
- b) 5%;
- c) 1,5%;
- d) 10%;
- e) 15%.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO***Tiago Zanolla*

41. O servidor Marcos, estável no serviço público estadual do Rio de Janeiro, foi demitido indevidamente. Posteriormente, uma decisão administrativa determinou sua reintegração ao cargo. No entanto, o cargo anteriormente ocupado por Marcos havia sido extinto. Nesse caso, conforme o Decreto nº 2479/1979, qual será o procedimento adotado?

- a) Marcos será readaptado em outra função compatível com sua formação.
- b) O cargo de Marcos será restabelecido como excedente para viabilizar sua reintegração.
- c) Marcos será nomeado para um cargo de hierarquia superior como compensação pela extinção de seu cargo.
- d) O governo estadual deverá indenizar Marcos e impedi-lo de retornar ao serviço público.
- e) Marcos deverá prestar um novo concurso público para ser reintegrado.

42. Um funcionário público do Estado do Rio de Janeiro cometeu uma infração disciplinar considerada falta grave. O processo administrativo disciplinar concluiu que ele deve ser punido. De acordo com o Decreto nº 2479/1979, qual das penalidades pode ser aplicada?

- a) Advertência, apenas se houver reincidência.
- b) Suspensão, por um período não superior a 180 dias.
- c) Multa, com possibilidade de exoneração imediata.
- d) Repreensão verbal, seguida de suspensão condicional.
- e) Apenas destituição de função, sem prejuízo ao vínculo empregatício.

43. O servidor Carlos, funcionário público estadual do RJ, acumulou 60 dias de ausência não consecutiva ao longo de 12 meses, sem apresentar justificativa válida. Diante dessa situação, conforme o Decreto nº 2479/1979, qual deve ser a sanção aplicada?

- a) Advertência, pois a ausência não foi contínua.
- b) Suspensão de até 180 dias, conforme a gravidade da falta.
- c) Demissão, pois a ausência injustificada por 60 dias interpolados configura motivo para essa penalidade.
- d) Redução proporcional do salário, mas sem perda do cargo.
- e) Exoneração, sem prejuízo de nova contratação após um período de penalização.

44. Um Promotor de Justiça do MP-RJ recebeu ordens superiores para manifestar-se favoravelmente a um determinado pedido de habeas corpus. No entanto, ele discordava do entendimento imposto e decidiu agir conforme sua convicção jurídica. Diante dessa situação, e considerando os princípios institucionais do Ministério Público, é correto afirmar que:

- a) O Promotor está vinculado à ordem recebida, pois deve obedecer ao princípio da hierarquia funcional.
- b) O Promotor pode divergir da ordem e atuar de acordo com sua convicção, pois possui independência funcional.
- c) O Promotor deve submeter sua decisão ao Procurador-Geral de Justiça antes de se manifestar nos autos.
- d) A atuação do Promotor deve ser anulada, pois a independência funcional não pode ser invocada contra ordens hierárquicas superiores.
- e) O Promotor pode solicitar a redistribuição do caso a outro membro do MP, mas não pode contrariar a ordem expressa recebida.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

45. No que se refere à autonomia institucional do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta considerando a relação entre a eficácia de suas decisões e os limites constitucionais impostos pelos Poderes do Estado.

a) As decisões do Ministério Público possuem eficácia plena e executoriedade imediata, mas podem ser revistas administrativamente pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes.

b) A autonomia do Ministério Público garante a autoexecutoriedade irrestrita de seus atos, permitindo inclusive a destinação livre de recursos próprios, desde que observadas as formalidades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) O Ministério Público, em razão de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, possui decisões autoexecutáveis, ressalvadas as competências constitucionais do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.

d) O controle sobre a execução orçamentária do Ministério Público é de competência exclusiva do Tribunal de Contas do Estado, sendo vedada qualquer interferência da Assembleia Legislativa.

e) O Ministério Público deve se submeter ao Poder Executivo para a destinação de seus recursos, inclusive para a suplementação orçamentária, pois sua autonomia financeira se restringe apenas à execução de sua proposta orçamentária.

46. No que se refere às funções do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público pode propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra leis estaduais ou municipais perante o Supremo Tribunal Federal (STF), pois sua competência abrange qualquer violação constitucional.

b) A representação para intervenção do Estado em Municípios é competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Estado, cabendo ao Ministério Público apenas a fiscalização do cumprimento da medida.

c) O Ministério Público tem competência para arguir inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais perante o Tribunal de Justiça do Estado, mas não pode intervir em processos nos quais a inconstitucionalidade seja alegada incidentalmente.

d) O Ministério Público Estadual pode promover inquérito civil e propor ação civil pública, na forma da lei, para proteger interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis, tais como o meio ambiente, o patrimônio público e a moralidade administrativa.

e) A fiscalização da gestão responsável das finanças públicas cabe exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado, sendo vedado ao Ministério Público atuar na matéria.

47. Sobre a estrutura do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta:

a) O Procurador-Geral de Justiça é o único órgão de execução com poder de promover ações diretas de inconstitucionalidade no âmbito estadual.

b) O Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público são órgãos auxiliares responsáveis por auxiliar os membros do MP no exercício de suas funções.

c) Os Promotores de Justiça e os Procuradores de Justiça são órgãos auxiliares do Ministério Público, pois exercem apenas funções de apoio às atividades institucionais.

d) Os Centros de Apoio Operacional e os Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional são órgãos auxiliares do Ministério Público, com funções de suporte técnico e administrativo.

e) Os órgãos de apoio administrativo são classificados como órgãos de execução, pois têm participação direta na atuação ministerial.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

48. Sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), conforme a Resolução CNMP nº 181/2017, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode propor o acordo de não persecução penal de ofício, quando verificar que o réu preenche os requisitos legais, submetendo a proposta ao Ministério Público.
- b) O acordo pode ser celebrado independentemente da confissão formal do investigado, bastando que este aceite as condições impostas pelo Ministério Público.
- c) O Ministério Público é o único legitimado para propor o ANPP, cabendo ao juiz apenas homologá-lo em audiência, sem necessidade da participação do membro ministerial.
- d) Havendo concurso material, formal ou continuidade delitiva, será cabível o acordo desde que a soma das penas mínimas não ultrapasse 6 anos, considerando as atenuantes aplicáveis.
- e) O não comparecimento injustificado do investigado à audiência para proposta do ANPP não pode ser considerado como recusa tácita ao acordo, devendo ser designada nova data para o ato.

49. De acordo com a Resolução GPGJ nº 1.678/2011, o Procedimento Investigatório Criminal (PIC) poderá ser instaurado:

- a) Apenas mediante representação formal da autoridade policial ou de vítima diretamente interessada.
- b) De ofício, por membro do Ministério Público, desde que haja determinação judicial para sua abertura.
- c) De ofício, por membro do Ministério Público, ao tomar conhecimento da infração penal por qualquer meio, ainda que informal.
- d) Exclusivamente por determinação do Procurador-Geral de Justiça, não cabendo instauração por iniciativa de membros individuais do MP.
- e) Somente se houver inquérito policial prévio instaurado pela Polícia Civil ou Federal, servindo o PIC apenas como complemento investigatório.

50. Sobre o conceito e a tramitação da Notícia de Fato no Ministério Público, conforme a Resolução CNMP nº 174/2017, assinale a alternativa correta:

- a) A Notícia de Fato deve ser obrigatoriamente formulada presencialmente na Promotoria ou Procuradoria de Justiça competente, não sendo possível sua apresentação por meios digitais.
- b) Caso já exista um procedimento investigatório em curso, a Notícia de Fato deverá ser prejudicada, evitando-se duplicidade de apuração sobre o mesmo fato.
- c) O prazo para apreciação da Notícia de Fato é de 30 dias, prorrogável, mediante fundamentação, por até 90 dias, sendo vedada a expedição de requisições nesse período.
- d) A Notícia de Fato deve ser distribuída exclusivamente ao membro do Ministério Público com mais experiência na matéria, garantindo maior qualificação na análise.
- e) O uso de e-mail institucional e mídias digitais pode substituir os serviços de protocolo interno para o recebimento de documentos relacionados à Notícia de Fato.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

51. Sobre a intervenção estadual nos municípios e os princípios constitucionais sensíveis com base no entendimento do STF, julgue os itens.

I. O rol de princípios constitucionais sensíveis previstos no art. 34, VII, da CF/1988 é de observância obrigatória pelos Estados, sendo desnecessária sua reprodução literal nas Constituições estaduais.

II. A Constituição estadual pode ampliar ou restringir, por iniciativa própria, as hipóteses de intervenção estadual nos municípios, desde que respeite os princípios constitucionais gerais.

III. A autonomia municipal, prevista no art. 18 da CF/1988, é limitada pela possibilidade de intervenção do Estado nos municípios em casos excepcionais previstos na própria Constituição Federal.

IV. Para que o Estado possa intervir em seus municípios, é imprescindível que a Constituição estadual contenha uma lista específica de princípios sensíveis cuja violação autorize a intervenção.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

52. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7571, que analisou a constitucionalidade da Lei Complementar n. 55/1994 do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para legislar sobre o porte de armas de fogo é concorrente entre a União e os Estados, permitindo que os entes estaduais possam autorizar o porte de armas para categorias específicas de servidores públicos.
- b) A legislação estadual que concede o direito ao porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública é constitucional, desde que haja autorização expressa da respectiva Assembleia Legislativa.
- c) É inconstitucional norma estadual que autoriza o porte de arma de fogo a membros da Defensoria Pública, pois a competência para legislar sobre material bélico e segurança nacional é privativa da União.
- d) Os Estados podem legislar sobre o porte de armas de fogo para categorias específicas de servidores estaduais, desde que respeitem as diretrizes gerais do Estatuto do Desarmamento.
- e) O porte de arma de fogo constitui matéria de interesse regional, sendo possível sua regulação pelos Estados em casos excepcionais, como a proteção de membros da Defensoria Pública.

53. Tendo como base a jurisprudência do Supremo tribunal Federal, analise os itens abaixo:

I- A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, uma vez que compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.

II- É inconstitucional, em decorrência da usurpação da iniciativa exclusiva do Poder Executivo, lei de iniciativa parlamentar que institui regra de reserva de vagas de estacionamento aos órgãos públicos estaduais.

III- É inconstitucional preceito de lei estadual que institui contribuição compulsória de bombeiros e policiais militares estaduais para compor fundo de assistência, com o objetivo de custear serviços de saúde a eles prestados.

Assinale a alternativa que apresenta os itens CORRETOS:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Todos estão corretos.
- e) Todos estão incorretos.

54. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

55. Tendo como base a jurisprudência recente do STF, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional norma de constituição de estado que preveja que desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- b) É inconstitucional lei estadual que proíbe, no âmbito de seu território, a fabricação, venda e comercialização de armas de brinquedo que simulam armas de fogo reais.
- c) Os Tribunais de Justiça são competentes para decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação de praças da polícia militar estadual.
- d) É inconstitucional lei estadual que proíbe os órgãos ambientais e a polícia militar de destruírem e inutilizarem bens particulares apreendidos em operações de fiscalização ambiental.
- e) É constitucional a vinculação da manifestação funcional de advogado público federal à ordem do Advogado-Geral da União ou à sua prévia autorização expressa.

56. Acerca da classificação das Constituições, aponte a assertiva correta.

- a) As Constituições Dogmáticas são elaboradas por um órgão constituinte eleito democraticamente, representando a vontade popular expressa, e são consideradas superiores a qualquer outra norma do ordenamento jurídico.
- b) As Constituições Históricas são elaboradas por uma assembleia de representantes eleitos e são submetidas a um referendo popular para sua aprovação final.
- c) As Constituições Outorgadas são criadas de forma unilateral por um órgão detentor do poder político e não precisam de aprovação ou participação popular.
- d) As Constituições Democráticas são elaboradas por um órgão constituinte composto por especialistas em Direito Constitucional, visando a estabelecer normas mais técnicas e detalhadas.
- e) As Constituições Flexíveis são criadas a partir de atos do Poder Legislativo, sem um procedimento especial de elaboração, e podem ser alteradas da mesma forma que as leis ordinárias.

57. O Presidente da República, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal para retirar dos municípios a competência para tratar dos assuntos de interesse local. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.

c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.

d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.

e) inconstitucional, porque a proposta fere a autonomia municipal, princípio federativo amparado por cláusula pétreia.

58. O município Z editou lei que institui feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A constitucionalidade da referida lei foi contestada junto ao STF.

Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo e em seus conhecimentos sobre controle de constitucionalidade:

- a) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- b) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada constitucional, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial.
- c) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.
- d) A lei deve ser contestada por meio de ADI e ser declarada inconstitucional, por contrariar a Lei nº 9.093/95.
- e) A lei deve ser contestada por meio de ADPF e ser declarada inconstitucional, uma vez que apenas União e Estados possuem competência para a instituição de feriados, devendo os municípios se limitar a declarar pontos facultativos.

59. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

60. Três meses após a posse do Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou o Presidente, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, O Presidente não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados autoriza o processo, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo por até 180 dias.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

61. Determinada empresa celebrou contrato com a Administração Pública para a execução de uma obra pública. Durante a execução do contrato, a empresa descumpriu repetidamente prazos essenciais, apresentou materiais de qualidade inferior aos exigidos e, ao ser notificada, não adotou as providências necessárias para a regularização da situação. Além disso, a fiscalização constatou que a empresa omitiu informações relevantes no processo licitatório. Diante desse cenário, a Administração instaurou processo administrativo e decidiu aplicar sanções à empresa. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) a única penalidade possível nesse caso é a multa, que pode variar entre 0,5% e 30% do valor do contrato.
- b) a aplicação de sanções pela Administração Pública exclui a necessidade de reparação integral dos danos causados pela empresa.
- c) a Administração pode aplicar penalidades considerando a gravidade da infração, incluindo o impedimento de licitar e contratar, ou, se as circunstâncias justificarem, até mesmo a declaração de inidoneidade.
- d) a sanção de advertência é a única cabível para a empresa, já que a Administração deve sempre aplicar penalidades mais brandas antes de adotar medidas mais severas.
- e) caso o valor da multa aplicada seja superior ao valor devido à empresa pela Administração, será possível realizar o desconto do valor da garantia, desde que haja autorização judicial ou arbitral.

62. De acordo com a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta:

- a) o termo de colaboração é o instrumento por meio do qual a Administração Pública formaliza parceria com organizações da sociedade civil para fins de interesse público, envolvendo a transferência de recursos financeiros, sendo a iniciativa da parceria proposta pelo próprio poder público.
- b) o termo de fomento é o instrumento utilizado pela Administração Pública para firmar parceria com organizações da sociedade civil, sendo sempre de iniciativa do poder público e sem transferência de recursos financeiros.
- c) o acordo de cooperação é um instrumento que formaliza a parceria entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, sempre com transferência de recursos financeiros.
- d) as organizações religiosas não podem ser qualificadas como organizações da sociedade civil, independentemente da atividade que desenvolvam.
- e) o chamamento público é um procedimento opcional para a Administração Pública ao selecionar organizações da sociedade civil para firmar parcerias, podendo ser dispensado em qualquer situação.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

63. A prefeitura do município Gama editou decreto declarando de utilidade pública uma faixa de terreno do imóvel particular pertencente a João Batista para instalar postes e fios da rede pública de energia elétrica, visando a beneficiar toda a comunidade local. João Batista não concordou inicialmente com essa utilização e procurou esclarecimentos jurídicos sobre o caso. Além disso, o estado Alfa requisitou alguns bens do município Gama, alegando necessidade de prestação urgente de serviços públicos de saúde em outros municípios. Nesse cenário hipotético, com base nas normas aplicáveis à servidão administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) a servidão administrativa implica perda parcial da propriedade privada, razão pela qual sempre haverá indenização ao proprietário afetado, independentemente de comprovação de prejuízo.
- b) a instituição da servidão administrativa deve ocorrer exclusivamente mediante acordo prévio entre o particular e o Poder Público, não se admitindo instituição judicial.
- c) a servidão administrativa, por ser direito pessoal, não necessita ser inscrita no registro de imóveis, produzindo efeitos contra terceiros desde sua decretação.
- d) é possível instituir requisição administrativa sobre bens públicos, desde que seja respeita da ordem do ente de maior alcance para o ente de menor alcance (União, estados e municípios).
- e) o proprietário terá direito à indenização apenas caso demonstre que o uso da propriedade pelo Poder Público lhe causou prejuízos, não havendo indenização caso não exista dano comprovado.

64. A empresa Construtora S/A foi investigada e processada por envolvimento em atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Durante o processo, ficou comprovado que a empresa utilizou sua personalidade jurídica de forma habitual para facilitar a prática de corrupção, além de ter sido constituída para ocultar interesses ilícitos. Diante desse cenário, com base na legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) a empresa poderá ser submetida à sanção de dissolução compulsória, uma vez que utilizou sua personalidade jurídica para facilitar ou promover atos ilícitos.
- b) a responsabilidade da empresa na esfera administrativa exclui a possibilidade de sanções na esfera judicial, evitando punições simultâneas.
- c) a única penalidade possível à empresa, na via administrativa, é a aplicação de multa administrativa.
- d) as sanções previstas na Lei Anticorrupção não incluem restrições ao recebimento de incentivos ou subvenções públicas.
- e) a aplicação de sanções sempre dependerá de comprovação de culpa ou dolo dos administradores da pessoa jurídica.

65. Carlos foi condenado erroneamente por um crime que não cometeu e permaneceu preso por um período superior ao estabelecido na sentença. Após sua soltura, ingressou com uma ação contra o Estado, pleiteando indenização pelos danos sofridos. Além disso, foi constatado que o juiz responsável pelo caso havia agido dolosamente, manipulando provas para influenciar o resultado do julgamento. Diante dessa situação e com base na responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado não pode ser responsabilizado por atos jurisdicionais, pois os juízes possuem independência funcional, sendo sua atuação isenta de qualquer possibilidade de reparação civil.
- b) a responsabilidade do Estado, nesse caso, é subjetiva, pois Carlos deve comprovar a culpa ou dolo do magistrado para obter indenização pelos danos sofridos.
- c) a indenização por erro judiciário só será possível se houver prova de que a condenação decorreu de um ato legislativo constitucional, e não de um erro da magistratura.
- d) o Estado pode ser responsabilizado civilmente pela prisão além do tempo fixado na sentença e pela conduta dolosa do juiz, cabendo ação de regresso, no último caso, contra o magistrado nos termos do Novo Código de Processo Civil.
- e) a responsabilidade do Estado só se aplicaria ao caso de Carlos se a prisão ilegal tivesse sido causada por uma decisão administrativa e não por um ato judicial.

66. Sobre o poder de autotutela da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) a autotutela permite que a Administração Pública anule seus próprios atos, mas a revogação de atos administrativos só pode ocorrer por decisão judicial.
- b) o princípio da autotutela impede que o Poder Judiciário revise atos administrativos, salvo quando houver expressa previsão legal.
- c) o poder de autotutela permite à Administração Pública anular atos ilegais e revogar atos inconvenientes ou inoportunos, sendo tal poder autoexecutivo.
- d) para anular um ato administrativo ilegal, a Administração Pública precisa, obrigatoriamente, ingressar com ação judicial.
- e) a autotutela administrativa pode ser exercida para a revogação de atos administrativos inconvenientes, independentemente de direitos adquiridos.

67. De acordo com as regras da Lei nº 14.133/2021 sobre a formalização dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) o licitante vencedor deve assinar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido no edital, podendo prorrogá-lo por até duas vezes, caso justifique a necessidade.
- b) caso o adjudicatário não assine o contrato dentro do prazo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.
- c) se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, ele poderá ser excluído da licitação, mas não sofrerá penalidades adicionais.
- d) caso a Administração não convoque o licitante vencedor para a contratação dentro do prazo de validade da proposta, este será obrigado a manter sua oferta até a nova convocação.
- e) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato não acarreta sanções, exceto em casos de reincidência.

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

68. Nos termos da Constituição Federal, não é finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da aplicação de recursos privados por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Federal;

69. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que João

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a 14 anos.
- b) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- c) poderá sofrer a pena de proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a 14 anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.

d) poderá perder a função pública, sanção também aplicável às outras espécies de improbidade administrativa.

e) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

70. A empresa Y venceu a licitação para concessão de um serviço público de transporte urbano em determinado município. O contrato de concessão previa mecanismos de revisão tarifária para manter o equilíbrio econômico-financeiro. Após dois anos de operação, uma nova legislação instituiu um tributo específico sobre o combustível utilizado nos veículos da concessionária, impactando significativamente seus custos operacionais. Com base na Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa correta sobre a política tarifária aplicável a esse caso:

- a) a tarifa do serviço concedido será fixada pelo poder concedente, podendo ser reajustada de acordo com critérios unilaterais da Administração, sem necessidade de previsão contratual.
- b) a concessionária pode solicitar aumento imediato da tarifa, independentemente de comprovar o impacto econômico da criação do novo tributo.
- c) o equilíbrio econômico-financeiro do contrato só pode ser mantido por meio do aumento ou redução da tarifa, não sendo admitidas outras formas de compensação ao concessionário.
- d) a cobrança da tarifa pode ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para os usuários, independentemente de previsão legal específica.
- e) a criação de um novo tributo que impacte os custos da concessionária poderá implicar a revisão da tarifa, para mais ou para menos, desde que comprovado seu impacto.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

71. Das letras abaixo, marque aquela que representa um nome de arquivo válido no Windows.

- a) @relatorioteste.txt
- b) relatório:teste.txt
- c) *relatorioteste*.txt
- d) relatorioteste?.txt
- e) relatório>teste.txt

72. No Windows, a funcionalidade chamada “Limpeza de Disco” tem por função:

- a) Remover arquivos temporários do Sistema operacional e arquivos considerados inúteis para o sistema.
- b) Oferecer um sistema de limpeza interna para retirar impurezas do disco.
- c) Limpar todos os malwares existentes no sistema.
- d) Tentar, ao máximo, juntar partes de um mesmo arquivo.
- e) Verificar se existem áreas corrompidas no disco.

73. No Windows, é possível configurar um recurso de acessibilidade que permite o pressionamento de uma tecla inicial de um atalho (CTRL, ALT e etc) e depois o pressionamento do seu complemento e o computador entenda que foi digitado o atalho completo. Esse recurso se chama:

- a) Teclado pausado.
- b) Sombra.
- c) Tecla de aderência.
- d) Reprodução automática.
- e) Super teclas.

74. No Word, o texto abaixo recebeu que formatação

TESTANDO A FORMATAÇÃO Disponível

- a) tachado e sobreescrito
- b) todas em maiúscula e sobreescrito
- c) versalete e sobreescrito
- d) todas em maiúscula e subscrito
- e) versalete e subscrito

75. A funcionalidade, encontrada no Word, que permite criação de mensagens personalizadas para envio para clientes, por exemplo, e consiste basicamente na mesclagem de um documento principal com uma base de dados é:

- a) Tema.
- b) Localizar
- c) Hifenização.
- d) Mala direta
- e) Autocorreção.

76. No Word, temos a opção Selecionar que se encontra na guia Página Inicial, na área Edição. Ao clicarmos sobre ela, qual das opções abaixo NÃO será listada:

- a) Selecionar Tudo
- b) Selecionar Objetos
- c) Selecionar todo o texto com formatação semelhante
- d) Selecionar Parágrafos
- e) Painel de Seleção

Simulado Especial MP-RJ (Técnico do Ministério Público - Área Administrativa) - 02/03/2025

77. No Excel, o usuário digitou na célula A1 o valor 5 e na célula A2 a fórmula: =A1+1, em seguida apertou Enter, depois voltou a célula A2, posicionou-se na alça de preenchimento e arrastou o conteúdo até a célula A10. O que aparecerá na célula A10 ao fim desse procedimento:

- a) 14.
- b) 10.
- c) 9
- d) 15.
- e) 16.

78. Sobre as funções do Excel, listadas abaixo, marque a descrição correta:

- a) A função =SUBSTITUIR() → Substitui o texto pelo valor nulo.
- b) A função =MED() → Identifica a média aritmética dos valores selecionados.
- c) A função =ARRUMAR() → Remove espaços desnecessários no texto, e reorganiza as palavras de acordo com uma melhor lógica encontrada.
- d) A função =ARRED() → Arredonda o valor para a quantidade de dígitos existente na célula anterior acima da atual.
- e) A função =AGORA() → Apresenta a data e hora atual.

79. Das letras abaixo, marque aquela que exibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

80. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS NO RIO DE JANEIRO. Para

isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...). Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>